



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Senhora Assessora Procuradora-Chefe,

Cuidam os autos do exame das contas apresentas pela Prefeitura de São Roque, relativas ao exercício de 2018, conforme determinação constitucional.

A inspeção “in loco” esteve a cargo da Unidade Regional de Sorocaba (U.R. – 09), que executou o relatório disposto no evento 93.22, comprovando, de forma detalhada, os atos de gestão relacionados aos aspectos administrativos, econômicos, financeiros, contábeis e patrimoniais.

Na síntese apresentada ao final do Relatório (evento 93.22 – fls.29/30), constam impropriedades em alguns itens.

Regularmente notificado (evento 70.1), o Sr. Cláudio José de Góes (Prefeito), até a presente data, não apresentou defesa.

Contas anteriores:

| Exercícios | Processos       | Pareceres                                |
|------------|-----------------|--|
| 2016       | 004411.989.16-3 | Favorável com recomendações <sup>1</sup> |
| 2015       | 002450/026/15   | Favorável com recomendações <sup>2</sup> |
| 2014       | 000358/026/14   | Favorável com recomendações <sup>3</sup> |

É o relatório, passo a opinar.

Conforme se observa no item C.1 - Ensino, o município aplicou 30,13% da receita de impostos, dando cumprimento ao disposto no artigo 212, Constituição Federal.

Com investimento de 90,69% dos recursos provenientes do FUNDEB, no pagamento dos profissionais da educação, atendendo as determinações dispostas no artigo 60, inciso XII, do ADCT, conjugado com o artigo 22 da Lei Federal n. 11.494/2007 (Lei do FUNDEB).



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A parcela diferida foi devidamente aplicada na sua totalidade no primeiro trimestre de 2018, conforme exposto no evento 93.22 – fl. 13. Cumprindo, assim, na íntegra o conteúdo disposto no §2º, da Lei Federal nº 11.494/07.

Atendido, também, o disposto no artigo 21, da Lei Federal nº 11.494/07 (Lei do FUNDEB).

| <b>Art. 212 da Constituição Federal:</b>         | <b>%</b> |
|--|----------|
| DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%) | 30,32%   |
| DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%) | 30,04%   |
| DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)      | 29,59%   |
| <b>FUNDEB:</b>                                   | <b>%</b> |
| DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)  | 99,19%   |
| DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)  | 99,19%   |
| DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)       | 97,67%   |
| DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)  | 90,69%   |
| DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)  | 90,69%   |
| DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)       | 89,17%   |

A Prefeitura aplicou 23,33% da receita de impostos nas ações e serviços públicos de saúde, observou o piso constitucional, assim como a regra estabelecida pelo artigo 7º, da Lei Complementar nº 141/2012. (evento 93.22 – fl. 17).

| <b>Art. 77, III c/c § 4º do ADCT</b> | <b>%</b> |
|--------------------------------------|----------|
| DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)       | 23,33%   |
| DESPESA LIQUIDADA (mínimo 15%)       | 23,04%   |
| DESPESA PAGA (mínimo 15%)            | 22,78%   |

Item B.1.5 - Despesas com Precatórios – Os pagamentos ocorreram de acordo com a legislação vigente. (evento 93.22 – fls.8/9).

Os recolhimentos dos encargos sociais (item B.1.6) foram efetuados conforme quadro abaixo (evento 93.22 – fl.09).



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

| Verificações |        | Guias apresentadas |
|--------------|--------|--------------------|
| 1            | INSS:  | Sim                |
| 2            | FGTS:  | Sim                |
| 3            | RPPS:  | Sim                |
| 4            | PASEP: | Sim                |

No tocante ao item B.1.7 - Transferência à Câmara dos Vereadores (evento 93.22 - fl. 09). Houve atendimento ao previsto no artigo 29-A, da Magna Carta.

Item B.1.8.1 – Despesa de Pessoal - O gasto com pessoal e seus reflexos atenderam o limite estabelecido na alínea “b”, inciso III, do artigo 20 da L.R.F., correspondendo a **50,13%** do total das receitas correntes. (evento 93.22 – fl. 10).

Item B.1.9 – Demais Aspectos Sobre Recursos Humanos – Entendo que possam ser relevadas, sem embargos de recomendações para que o Município promova as medidas necessárias para adequar os cargos em comissão nos exatos termos do inciso V, do artigo 37, da Constituição Federal.

*“E outras palavras, a investidura para cargos em comissão é a exceção constitucional, aceita para situações em que as atividades a serem desenvolvidas sejam transitórias e excedam à mera burocracia administrativa, porque detêm o elemento confiança”. (TC – 2068/026/12).*

Item – B.1.10 – Subsídios dos Agentes Políticos – Não há nos autos nenhum indicio de violação ao disposto no inciso X, artigo 37/CF (evento 93.22 – fl. 12).

Os demais apontamentos constantes da conclusão do Relatório da Fiscalização (evento 93.22 – fls. 29/30) poderão ficar no campo das recomendações para que a Origem adote as



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

medidas corretivas determinadas por este Egrégio Tribunal de Contas, devendo ser verificadas na próxima inspeção "*in loco*".

Diante de todo o acima exposto, opino pela emissão de parecer favorável às contas da Prefeitura de São Roque, exercício de 2018, ressalvados eventuais atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.

À apreciação de Vossa Senhoria.

A.T.J., em 24 de setembro de 2018

ANTONIO ARLINDO FIALHO

Assessoria Técnica